

Donos de escolas pressionam conselho

■ MEC enfrenta lobby poderoso no julgamento de 3.381 pedidos de criação de cursos que estavam retidos

Arquivo

ELIANA LUCENA

BRASÍLIA — Os donos de escolas estão pressionando o governo para garantir a aprovação de 3.381 processos de reconhecimento de cursos e criação de universidades que estão paralisados desde a extinção do Conselho Federal de Educação, em 1994. A partir desta quinta-feira, o conselho, agora transformado em Conselho Nacional de Educação (CNE), reinicia o julgamento dos processos.

Mesmo com a pressão de políticos e donos de escolas, que chegaram a publicar anúncios nos jornais pedindo a aprovação dos cursos, o Ministério da Educação promete que, desta vez, vai ser rigoroso, impedindo que o CNE tenha o destino que estigmatizou seu antecessor como balcão onde prosperava o negócio das universidades de fim de semana.

O presidente do CNE, Hésio Cordeiro, afirma que não há pressa para avaliar os processos que ficaram paralisados e os que continuam chegando ao MEC. "A Secretaria de Ensino Superior do MEC vai fixar critérios para a análise de cada caso e encaminhará um relatório ao CNE", explica. Cordeiro admite que é grande a pressão dos interessados em autorização de novos cursos, aumento de vagas e criação de universidades.

Além de usarem as bancadas dos seus estados para irem ao MEC, os donos de escolas usam anúncios em jornais, como a Faculdade da Cidade, do Rio de Janeiro, para pedir a aprovação de seus pedidos. Os 24 conselheiros são bombardeados com panfletos com informações sobre "as vantagens" dos cursos oferecidos. Na imprensa paulista chegou a aparecer um anúncio de recrutamento de professores por uma empresa, para

regularização de cursos.

"Hoje, as pressões são mais sutis do que na década de 80 e começo da década de 90, porque os interessados sabem que terão de lidar com 24 conselheiros indicados por instituições comprometidas com a qualidade do ensino", afirma o presidente do CNE.

O deputado Lindberg Farias (PC do B-RJ), da Comissão de Educação da Câmara, reconhece que o novo conselho é muito melhor que o antigo, mas se preocupa com o lobby das escolas. "No Congresso, qualquer medida provisória sobre mensalidades sempre cai nas

explica Hésio Cordeiro. Da mesma forma, o CNE quer mais rigor na análise do corpo docente. "Vamos montar um banco de dados com os nomes dos docentes em todo o país. A partir do cruzamento de dados ficará fácil identificar um mecanismo utilizado para qualificar o corpo docente diante do conselho: usar o nome de um mesmo professor em vários cursos".

Os conselheiros ainda não têm uma avaliação global dos 3.381 processos que vão julgar. Mas adiantam que há pedidos que fatalmente serão negados, como o de uma escola de informática que ofere-

cece apenas seis computadores. Uma medida provisória (MP) editada pelo ex-presidente Itamar Franco, e reeditada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso determinava o arquivamento dos processos. A idéia era zerar os pedidos que se avolumavam no conselho. Mas, quando a MP foi votada no

Congresso, deputados ligados ao lobby das escolas conseguiram incluir o desarquivamento dos processos.

O presidente da Comissão de Educação da Câmara, deputado Moacyr Andrade (PPR-AM), acha que a renovação do conselho poderá corrigir distorções como o número excessivo de escolas de direito e de medicina, muitas delas sem qualificação. A comissão recebeu a denúncia de que uma escola de medicina está funcionando sem autorização na cidade de Marília, em São Paulo.

Outra denúncia aponta a criação da Universidade Luterana do Brasil, no Rio Grande do Sul. "Embora sua aprovação tenha contado com o voto contrário do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, o MEC aprovou o funcionamento do curso", criticou o deputado.

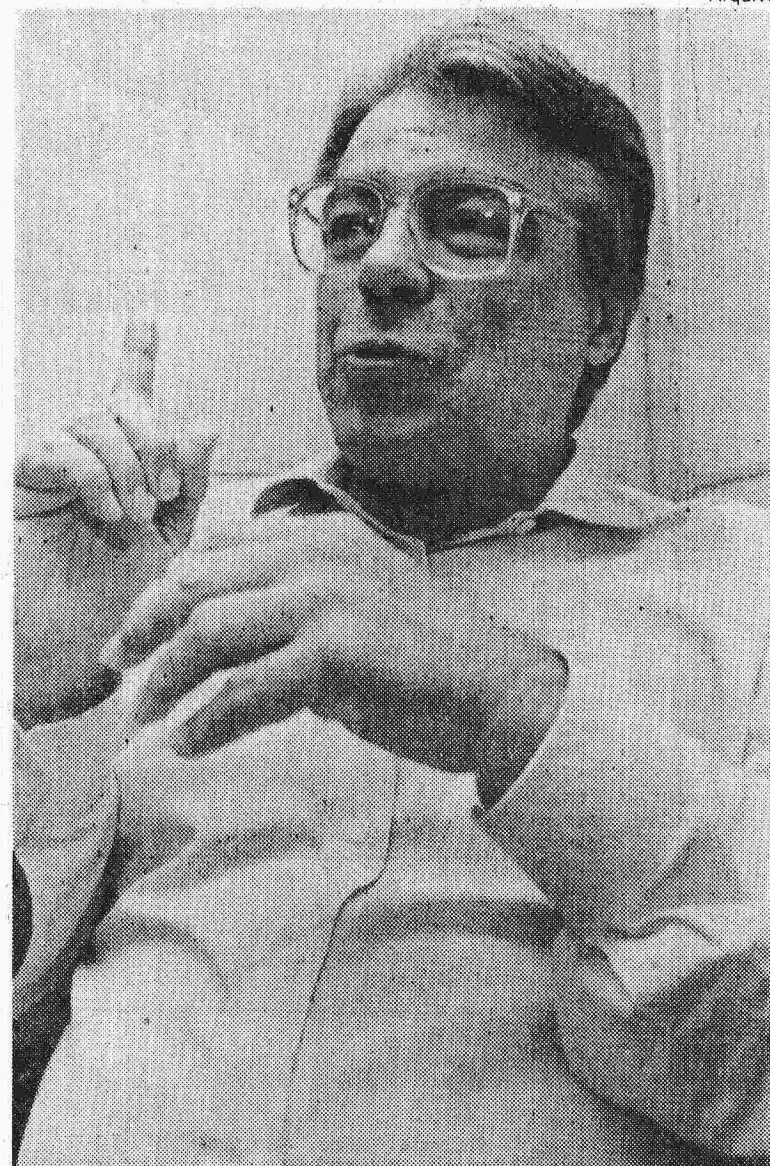
"Daqui para a frente, não vamos querer saber apenas se uma escola oferece ou não biblioteca"

Hésio Cordeiro

mãos do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e do deputado Paes Landim (PMDB-DF), que defendem os interesses das escolas. Esse grupo vai continuar pressionando o governo para garantir a aprovação de uma enxurrada de cursos", alerta Lindberg.

O professor Edson Machado, chefe de gabinete do ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, que acompanhou desde a década de 70 a atuação do antigo Conselho Federal de Educação, acredita que os tempos são outros. A partir de agora, os processos, antes de chegarem ao conselho, passarão pela avaliação de uma comissão de especialistas em ensino.

"Daqui para frente, não queremos saber apenas se uma escola oferece ou não biblioteca. Serão usados parâmetros internacionais para verificar a qualidade e a quantidade dos livros oferecidos",



Hésio promete que novo conselho não será um balcão de negócios

Pedidos analisados pelo MEC

Tipos	1986	1990	1991	1992	1993	1994	TOTAL
Autorização de cursos	27	257	96	167	1001	1692	3240
Autorização para aumento de vagas	-	1	1	1	14	12	29
Criação de universidades	-	32	20	12	19	29	112
Total	27	290	117	180	1034	1733	3381

Fonte: Conselho Nacional de Educação